



**República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Tijucas**



**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, DIREITOS HUMANOS,
SAÚDE, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.**

I. DO RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto o **Projeto de Lei Nº 2412/2021**, de autoria do Poder Executivo “**Altera dispositivos da Lei nº 2841, de 28 de junho de 2021, que autoriza o Poder Executivo Municipal celebrar termo de Cooperação com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria do Estado da administração Prisional e Socioeducativa com a interveniência do Departamento de Administração Prisional – DEAP, por meio do Fundo Rotativo da Penitenciária e da outras providencias**”.

A Presidente da Comissão (CEDH) Cláudio de Oliveira nomeou-se para relatoria do Projeto. Após análise aos autos do Projeto, vislumbra-se que a matéria recebeu parecer jurídico favorável opinando pela admissibilidade do Projeto.

II. DO MÉRITO

De acordo com o **Art. 58** do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Tijucas cabe à Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Obras, Serviços Públicos, Indústria e Comércio, opinar e emitir parecer sobre as proposições referentes a:

I – educação;

II – saúde;

III – comunicações;

IV – obras públicas;

V – pessoal;

VI – contrato em geral;

VII – patrimônio histórico;

VIII – esporte;

IX – defesa do consumidor;



**República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Tijucas**



X – fiscalização e regulamentação de concessionárias de serviços públicos, em especial e transporte coletivo;

XI – indústria;

XII – comércio;

XIII – Juventude.

Conforme Regimento Interno a Comissão deve se manter nas atribuições especificadas e o parecer deve ser redigido em termos explícitos sobre a conveniência da aprovação da matéria.

Dentre as incumbências desta Comissão, há, portanto as relacionadas em especial nos ***Incisos IV*** necessitando a análise em questão:

IV – obras públicas;

Onde a mensagem ao Projeto de Lei nº 2412/2021 menciona que: *Os §§ 2º e 3º do art. 1º da Lei nº 2841, de 28 de junho de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:*

§ 2º Serão utilizados até 30 (trinta) detentos , de acordo com a necessidade do município e a disponibilidade do Presidio Regional de Tijucas, cuja remuneração será de 01 (um) salário mínimo nacional por presidiário.

§ 3º O prazo de vigência do Termo de Cooperação será de 48 (quarenta e oito) meses contado da data de assinatura e publicação no Diário Oficial do estado e no Órgão de Publicação Municipal, podendo ser alterado ou complementado mediante Termo Aditivo.

III. DO VOTO DO RELATOR

Ante o exposto o parecer deste Relator ao Projeto de Lei Nº 2412//2021 é pela **APRECIACÃO e APROVAÇÃO da proposição.**

Tijucas, 12 de agosto de 2021.

**Claudio Oliveira
Relator**



**República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Tijucas**



**PARECER COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE,
DIREITOS HUMANOS, SAÚDE, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO.**

Claudio de Oliveira

Presidente

☐ De acordo

☐ Descordo

☐ Abstenção

Nadir De Amorim

Secretaria

☐ De acordo

☐ desacordo

☐ Abstenção

Erivelto Leal dos Santos

Membro

☐ De acordo

☐ Desacordo

☐ Abstenção